



43º Encontro Anual da Anpocs

SPG 20 Partidos e eleições

Com que os partidos gastam seus recursos financeiros? Uma proposta de tipologia de gastos partidários

*Karolina Mattos Roeder (PPGCP/UFPR)*¹

¹ Doutoranda em Ciência Política pela Universidade Federal do Paraná, professora dos cursos de Ciência Política e Relações Internacionais do Centro Universitário Internacional Uninter.

Com que os partidos gastam seus recursos financeiros? Uma proposta de tipologia de gastos partidários

O dinheiro é um importante recurso de poder na política, no entanto, pouco sabemos sobre como ele é gasto no interior da organização partidária. A literatura de finanças políticas identifica que os partidos europeus gastam mais recursos com a manutenção de uma organização permanente enquanto os norte-americanos privilegiam os gastos com campanhas eleitorais (NASSMACHER, 2009). A teoria partidária costuma mobilizar dinheiro do ponto de vista do tipo de financiamento. Já as pesquisas de financiamento têm seu foco em análises eleitorais, mobilizando recursos de candidatos e partidos durante as eleições. Propomos no presente artigo o uso da despesa partidária para a identificação da estratégia dessas organizações, se voltados para a manutenção do aparato organizacional ou para as eleições. Para isso, categorizamos os gastos partidários em cinco: despesas com pessoal, sedes, política, comunicação e publicidade, com base na literatura estrangeira recente que propõe a análise das despesas dos partidos para identificação de estratégia organizacional (BLUMENBERG, 2013; SMULDERS & MADDENS, 2018). No desenvolvimento desta pesquisa, aplicaremos tal modelo e analisaremos os gastos oficiais declarados pela sede nacional de dez partidos políticos brasileiros: PT, PSB, PDT, PSDB, DEM, PR, PMDB, PPS, PV e PSOL, de 1997 a 2014, para identificar o comportamento dos partidos ao longo do período em tela.

Palavras-chave: Partido Político; Organização Partidária; Finanças Partidárias; Gastos Partidários.

Introdução

O dinheiro é um importante recurso de poder na política. Embora dificilmente alguém discorde dessa afirmação, as despesas anuais com manutenção da rotina partidária e eleitoral dos partidos políticos permanecem desconhecidas, uma vez que os estudos de finanças políticas no Brasil normalmente concentram suas análises em financiamento eleitoral. Quando tratam de despesas, as pesquisas costumam ter como unidade de análise as prestações de contas de campanha dos candidatos, partidos, de forma agregada e com foco em eleições (FISCH, 2018; HEILER, VIANA, & SANTOS, 2016; LEMOS, MARCELINO, & PEDERIVA, 2010; MANCUSO, 2011; MANCUSO & SPECK, 2015; MARCELINO, 2010; SPECK & MANCUSO, 2017; ZOVATTO, 2005). As despesas dos partidos permanecem em grande parte não explicadas no Brasil.

A teoria partidária tem privilegiado as dinâmicas de poder e a morfologia das legendas desaguando em análises sobre a democracia interna, ideologia partidária, a ligação com seus membros, a organização, as estratégias eleitorais, o recrutamento e a relação com o Estado e com as elites. Quando trata de recursos financeiros, o faz brevemente a partir da análise da origem das receitas, pela dispersão ou concentração de

doadores (DUVERGER, 1970; KATZ & MAIR, 1995; PANEBIANCO, 2005). Do outro lado, as pesquisas na área de financiamento, área que não possui teorias consolidadas como a de partidos, costumam ter como foco a arena eleitoral, como foi dito acima, analisando dados eleitorais dos candidatos e comitês partidários em campanhas, conferindo o desempenho do dinheiro na competição, nas tomadas de decisão, ou analisando os níveis de gastos com a democracia, agregando despesas de partidos e candidatos (NASSMACHER 2009, pp. 22-24), as pesquisas têm ignorado sistematicamente o gasto monetário com a manutenção da organização partidária (BLUMENBERG, 2013, p. 8; SMULDERS & MADDENS, 2017, p. 2).

Fazendo um retorno à definição clássica weberiana, os partidos são organizações criadas voluntariamente e baseadas em livre recrutamento, renovado frequentemente. Essas organizações concedem aos seus membros recursos ideais e materiais, os incentivos coletivos e seletivos, conforme Panebianco (2005). Apesar do objetivo comum dos partidos ser a obtenção de votos nas eleições para cargos eletivos, eles podem ser dirigidos por interesses e benefícios de seus próprios quadros ou de grupos específicos. O financiamento de partidos e candidatos, nesse expediente, é uma questão central, segundo Weber e Panebianco, para determinar a direção da conduta do partido e como sua influência econômica se estabelece – se é por meio de várias contribuições de membros ou por um número menor de financiadores preocupados em comprar interesses, direta ou indiretamente (WEBER, 2000, p. 190; PANEBIANCO, 2005, p. 69). Além disso, Panebianco (2005, p. 87) alerta para o objetivo comum entre todos os líderes dos partidos: a manutenção da estabilidade organizativa, i.e., o controle das zonas de incerteza, dentre elas, dependência do *staff* especializado e da comunicação, para um equilíbrio estável e favorável aos líderes nos jogos de poder intrapartidários. Como coloca Weber, embora conformem um dos mais importantes aspectos da história dos partidos, as finanças partidárias compõem um capítulo nebuloso para os pesquisadores da área (WEBER, 2000, P. 190).

O primeiro autor que menciona e operacionaliza as finanças políticas na teoria partidária é Duverger (1970), que confere diferenças no financiamento da organização partidária, entre os partidos de quadros e de massas, o primeiro financiado pelas elites e o segundo por filiados, a partir de pagamento de cotas. Com a diversificação do eleitorado e aumento da competição eleitoral, há a necessidade dos partidos suavizarem o discurso classista e, com isso, ocorre uma mudança de estratégia organizacional dos mesmos, em

um formato *catch-all*, ocorrendo a ampliação da diversificação de financiadores (KIRCHHEIMER, 1966).

Katz & Mair (1995) analisam o financiamento partidário de doze democracias, criando o conceito de cartelização do sistema partidário e afirmando a dependência dos partidos em relação ao financiamento e subsídio estatal. Deslocando o foco para a saída de recursos, Webb & Keith (2017), recentemente, colocam funcionários dos partidos como uma variável do indicador de força organizacional. Estreitando a relação entre a literatura de finanças políticas e teoria partidária, Manuela Blumenberg (2013) sugere que a estrutura de gastos dos partidos em nível nacional confere uma forma de distinção e classificação dos mesmos, entre aqueles que utilizam a sua estrutura majoritariamente para a manutenção de uma organização permanente e aqueles que utilizam a organização partidária para a disputa eleitoral. E, por fim, seguindo a premissa dessa autora, Smulders & Maddens (2018), utilizam o gasto com pessoal dos partidos como uma variável que confere distinção entre os mesmos, classificando-os em partidos distintos.

Há diferenças claras quanto ao que os partidos gastam comparados em um mesmo país e entre países. Karl-Heinz Nassmacher (2009) analisa em seu livro *The Funding of Party Competition: Political Finance in 25 Democracies* os gastos em nível nacional dos partidos políticos de países americanos e europeus, ao longo de mais de vinte anos, e afirma que os gastos com a manutenção de uma organização permanente entre eleições são irrisórios nos partidos estadunidenses e australianos. Não se mantém, por exemplo, pagamento de funcionários em tempo integral na organização². Outros países anglo-saxões, como Inglaterra e Canadá gastam altos valores em campanhas, mas também em organizações partidárias permanentes. Já os partidos europeus são os que mais gastam com a rotina partidária, quando comparado com gastos eleitorais (NASSMACHER, 2009).

Nesse sentido, há claras diferenças em países anglo-saxões, principalmente os Estados Unidos, onde a campanha eleitoral ocupa lugar central na atividade partidária e quase não há preocupação com a manutenção de uma organização partidária permanente. Já em países como Áustria e Alemanha, o centro do gasto está na manutenção de uma

² É consenso na literatura de partidos que as agremiações estadunidenses e europeias funcionam de formas distintas. Janda (1980) identifica que os partidos estadunidenses possuem tanta estrutura formal quanto os europeus no que diz respeito à articulação, intensidade, extensividade da organização, frequência de reuniões, manutenção dos registros. No entanto, são mais descentralizados, menos coerentes e com menos envolvimento de ativistas partidários. Existe organização partidária, mas ela parece servir para objetivos distintos dos partidos europeus.

organização permanente e atividades partidárias extra eleitorais (NASSMACHER, 2009; BLUMENBERG, 2013).

Como se observa, as pesquisas que focam no gasto interno dos partidos não abundam no cenário internacional. No Brasil há um deserto a ser explorado. Pouco sabemos sobre como os partidos brasileiros gastam os seus recursos e se eles possuem algum padrão ao longo do tempo. Os recursos financeiros são a base da atividade partidária. O dinheiro pode ser convertido em vários tipos de atividades políticas ao comprar bens e serviços, pagar mão de obra especializada, agentes políticos, jornalistas, atores que podem reverberar os interesses dessas organizações, além de colaborar para treinar pessoal na forma de compensar deficiências existentes nas organizações ou candidatos (MICHELS, 2001, p. 35; NASSMACHER, 2009).

Sem dinheiro não se mantém um escritório partidário com funcionários, burocratas e militantes profissionais, computadores, telefones, salários em dia, mesas, cadeiras, materiais de divulgação, especialistas em mídias sociais, técnicos e líderes, ou; numa modesta e jovem organização voluntariosa tampouco se pagam as custas para o registro legal de uma legenda (NASSMACHER, 2009).

No Brasil, as receitas dos partidos políticos são em grande parte obtidas do Fundo de Assistência Financeira aos Partidos Políticos (Fundo Partidário) (KRAUSE, REBELLO, & SILVA, 2015), recurso repassado diretamente aos diretórios nacionais e, de acordo com a Lei dos Partidos Políticos (9.096/1995), cabe aos mesmos definirem regras de distribuição interna dos recursos, centralizando nos líderes partidários sua gerência, junto com os recursos de outras fontes (no período estudado, doações de pessoa jurídica, física e contribuição de parlamentares). Pouco sabemos como os partidos gastam seus recursos financeiros, lacuna em que a presente pesquisa pretende se encaixar.

Seguindo recentes estudos que propõem a utilização do gasto da sede nacional do partido como uma *proxy* de classificação dos mesmos (BLUMENBERG, 2013; SMULDERS & MADDENS, 2018), o presente artigo propõe uma categorização dos gastos de dez partidos brasileiros (PT, PSB, PDT, PSDB, DEM, PR, PMDB, PPS, PV e PSOL) em cinco distintos: *gastos com pessoal, sedes, política, comunicação e publicidade*. O presente *paper* tem como objetivo discutir a tipologia de gastos partidários e para isso está dividido em três seções, além desta introdução. Na primeira, apresentamos os materiais e métodos utilizados no recorte do objeto e a fonte dos dados que serão posteriormente utilizados no modelo de gastos, na segunda, discutimos como a literatura

trata tipos de gastos partidários, na última seção, propomos a tipologia de gastos partidários e ao fim elencamos brevemente as conclusões.

1. Materiais e Métodos

1.1 Recorte do objeto e período

O presente artigo tem como objetivo propor uma tipologia de gastos para posterior aplicação em dez partidos brasileiros, de 1997 a 2014. A tipologia compõe um modelo em que utiliza o gasto como proxy que confere distinção a os partidos, entre aqueles voltados a eleições e os que focam os recursos dos partidos em organização permanente, como vem abordando a literatura estrangeira (BLUMENBERG, 2013; SMULDERS & MADDENS, 2018).

A tipologia de gastos partidários será aplicada posteriormente àqueles partidos que mais importam para o sistema partidário, que se adaptaram, resistiram ao longo do tempo e não caíram na obsolescência. Para isso, utilizamos como recorte do objeto o critério de Rose & Mackie (1988). O partido que compete por pelo menos três eleições presidenciais (com o mínimo de 1% de votos em ao menos uma) está preocupado em manter uma organização para disputar o cargo máximo, e não trata-se, assim, de uma organização que serviu apenas para o uso de um eventual líder oportunista eleitoral, ou uma organização que tem as eleições e a disputa por recursos como algo secundário, como os partidos antissistemas.

Portanto, utilizamos o critério de disposição eleitoral e disposição para institucionalização de Rose & Mackie (1988) que mede o esforço do partido em criar presença no sistema lançando candidatos ao cargo máximo no país, neste caso, a presidência da república. Segundo esses autores:

Parties must necessarily adapt to changes in the larger social environment if they are to sustain electoral support. Parties do not exist in vacuo, but represent groups and interests in society. The longer the time span observed, the greater the pressures on parties to adapt, as groups and interests alter through the process of societal change (ROSE & MACKIE, 1988, p. 534).

Permanecer ao longo do tempo lançando candidatos reifica a organização³ dos partidos independente de sua estratégia (se mais focada na organização ou em eleições), e

³ Em um ambiente político dinâmico, os partidos devem mudar para conseguirem se adaptar. As agremiações que não o fazem, estão sujeitas ao fracasso eleitoral e a obsolescência. A persistência dos partidos nesse

esse critério nos dá uma garantia de que estamos tratando de partidos que representem o sistema partidário, uma vez que as eleições presidenciais são as mais competitivas e o prêmio máximo que o partido pode conquistar em um sistema presidencialista.

Assim, analisamos o resultado eleitoral divulgado no sítio do TSE das eleições presidenciais de 1989 a 2014⁴. Seguindo o critério de Rose and Mackie (1988), os partidos devem ter participado de ao menos três eleições com no mínimo 1% de votos em pelo menos um pleito. Assim, os partidos selecionados foram: Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Democrático Trabalhista (PDT), Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), Partido da Frente Liberal//Democratas (PFL/DEM), Partido de Reedificação da Ordem Nacional/Partido Liberal/Partido da República (PRONA/PL/PR), Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB/MDB), Partido Popular Socialista (PPS), Partido Verde (PV) e Partido Socialismo e Liberdade (PSOL)⁵.

1.2 Materiais

Diferente das análises de financiamento eleitoral, as quais fazem uso das prestações de contas dos candidatos e comitês, nós utilizaremos as prestações de contas das

contexto se dá enquanto organizações, as quais podem ter modificado muito ou pouco a sua forma de funcionamento e estrutura, mas que tiveram sucesso em sua adaptação.

⁴ Consideramos a chapa de presidente e vice-presidente, entendendo a importância também do partido da vice-presidência no que diz respeito ao empenho partidário despendido. Além disso, selecionamos o período de 1989 por se tratar da primeira eleição direta do país no pós-redemocratização e 2014, o último que compreende o mandato do período dos dados disponíveis, de 1997 a 2017.

⁵ Participaram de sete eleições presidenciais o PT (1989 com 17,18% dos votos; 1994, 39,97%; 1998, 31,71%; 2002, 46,44%; 2006, 48,61%; 2010, 46,91%; e 2014, 41,59%) e o PSDB (1989 com 11,51% dos votos; 1994, 55,22%; 1998, 53,06%; 2002, 23,19%; 2006, 41,64%; 2010, 32,61%; e 2014, 33,55%) todas com mais de 1% de votos. De cinco eleições, o MDB, com todas acima de 1% dos votos (1989 com 4,73%; 1994, 1,24%; 2002, 23,19%; 2010, 46,91%; e 2014, 41,59%) e PRONA/PL/PR, dessas, quatro acima de 1% (1989 com 0,53% dos votos; 1994, 2,10%; 1998, 2,14%; 2002, 46,44%; e 2006, 48,61%), e o PFL/DEM, também com quatro acima (1989 com 0,88% dos votos; 1994, 55,22%; 1998, 53,06%; 2006, 41,64%; e 2010, 32,61%). O PDT e o PV competiram quatro eleições, o primeiro, todas acima de 1% (1989 com 16,51% dos votos; 1994, 2,06%; 1998, 31,71%; e 2006, 2,6%) e o segundo, com um pleito acima de 1% dos votos (1989 com 0,18% dos votos; 1998, 0,31%; 2010, 19,33%; 2014, 0,61%). E, por fim, participaram de três eleições, o PPS e o PSOL, o primeiro todas acima de 1% (1989 com 1,13% dos votos com Roberto Freire no PCB; 1998, 10,97%; e 2002, 11,97%) e o segundo, com duas acima desse percentual (2006 com 6,85% dos votos; 2010, 0,87%; e 2014, 1,55%). Sobre o PPS, após a queda do muro de Berlim, no X Congresso do Partido Comunista Brasileiro, em janeiro de 1992, a agremiação foi rebatizada como Partido Popular Socialista e foi então escolhido como presidente o então deputado federal Roberto Freire. A única eleição em que o PCB obteve mais de 1% foi a de 1989, quando Roberto Freire foi candidato. O processo de revisão do conteúdo do partido, pós Congresso de 1991, sofreu oposição e de um setor minoritário que, discordando das alterações realizadas, negou-se a permanecer no partido, então PPS, e formaram uma dissidência que recuperou a sigla PCB (cf. CPDOC/FGV <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/partido-popular-socialista-pps>). Consideramos portanto, no caso do PPS, três eleições com a primeira no PCB por se tratar do mesmo grupo político que virá se tornar o PPS em 1992. O PPS portanto entra na lista dos partidos selecionados e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), que neste caso virou a dissidência, não.

organizações partidárias realizadas anualmente pelos partidos. Nessa prestação de contas, estão discriminadas, entre outras coisas, o *Demonstrativo de Receitas e Despesas* realizado pelo partido durante o período de um ano, peça contábil que utilizamos como fonte de dados. Nesse demonstrativo estão, além das receitas, as despesas realizadas com os recursos da sede nacional no período, separadas em duas: as despesas realizadas com os recursos do fundo partidário, as com os “recursos próprios” e as transferências às sedes estaduais e municipais e candidatos.

A Constituição Federal de 1988 prevê, no Art. 17, a obrigatoriedade dos partidos políticos brasileiros prestarem contas à Justiça Eleitoral. Essa exigência passou a ser disciplinada a partir de 1995 no Brasil, com a Lei dos Partidos Políticos (Lei nº 9.096/1995), em seu Art. 30, o qual estabelece que todo partido político, em seus órgãos nacionais, regionais e municipais deve manter escrituração contábil de maneira que seja conhecida a origem e destinação de suas receitas e despesas. É nessa legislação que são estabelecidos os prazos – até a alteração na legislação em 2019, os partidos deviam enviar à Justiça Eleitoral o balanço contábil do ano findado até o dia 30 de abril do ano subsequente – e sanções à não prestação de contas ou em casos de irregularidade. Com a Instrução Normativa Nº 04 do Tribunal Superior Eleitoral, em 07 de julho de 1997, há o estabelecimento do Plano de Contas Simplificado dos partidos políticos, que padroniza a forma de prestar contas pelas organizações partidárias e que irá sofrer modificações em 2015, com a Portaria 28-2015 do TSE, ano em que há importantes modificações na legislação partidária, como o fim do financiamento realizado por pessoa jurídica aos partidos políticos e o estabelecimento do Sistema de Prestação de Contas Anual da Justiça Eleitoral, que passa a operar a partir de 2017.

A partir de 1997, essas organizações passam a ser obrigadas a prestar contas junto ao Tribunal Superior Eleitoral anualmente, com o mesmo plano de contas até 2015. Optamos o período 1997-2014 por se tratar de um regime de regulação homogêneo e por configurar quase o total do período que tivemos prestações de contas dos partidos públicas e reguladas. Além disso, é preciso de um período mínimo para a identificação de padrões de tipos de gastos.

Propomos assim, no presente artigo, um modelo de análise de gastos partidários composto por duas variáveis: orientação para a estrutura/aparato partidário e orientação para as eleições. O primeiro tipo será formado pelas categorias: gastos com pessoal, sedes

e política. O segundo, comunicação e publicidade. As rubricas do demonstrativo de despesas das prestações de contas serão assim categorizados e comporão essas variáveis.

2. A literatura de gastos partidários

Podemos colocar sob o *label* estudos de “finanças políticas” todos aqueles que investigam receitas e/ou despesas de partidos e candidatos. Nesse campo, com foco no *output* das finanças partidárias - as despesas – está inserido Karl-Heinz Nassmacher (2009), autor que propõe uma categorização sistemática das despesas para o entendimento das possibilidades de alocação e geração de custos em uma organização partidária. Esse *framework* de análise de gastos partidários condensa e unifica as diversas formas de declarações formais e informais de gastos existentes em vinte e cinco democracias e realizados pelos partidos, candidatos e atores extrapartidários. O objetivo do autor é identificar quanto custa a competição partidária, se há diferenças ao longo do tempo, tal como a literatura previa (HEIDENHEIMER, 1963; PINTO-DUSCHINSKY, 1986) e quais fatores impactariam no nível de gastos.

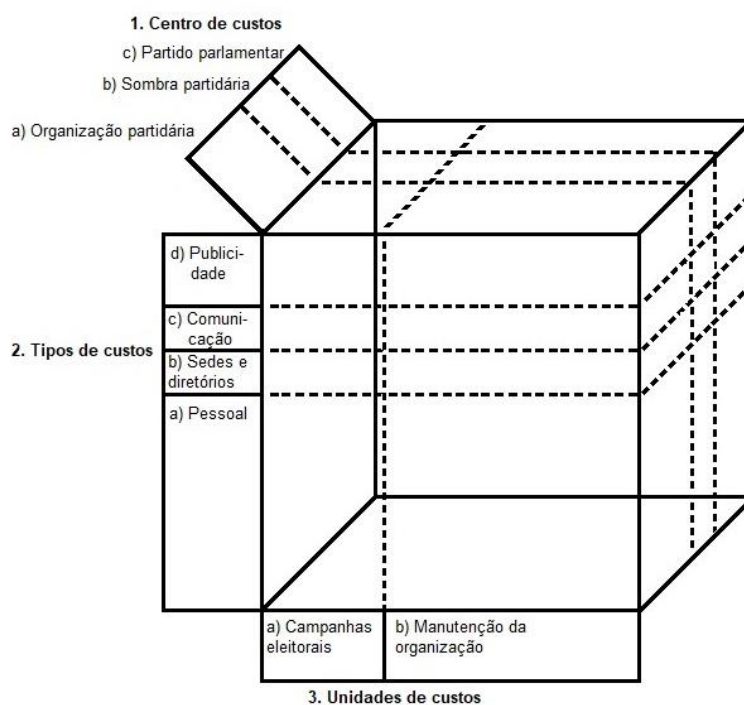
Assim, tipos de gastos referem-se às diferentes despesas que os partidos e candidatos realizam nos dois eixos das finanças políticas: manutenção da organização e em campanhas eleitorais. As despesas são classificadas de formas diferentes na literatura e, podem ser resumidas como sendo aqueles recursos sacrificados para alcançar um objetivo específico, especificamente dinheiro revertido em bens e serviços dentro de um núcleo organizacional específico, que o autor divide em: comitê do candidato, comitê do parlamentar, fundações e, no nosso caso, partido (NASSMACHER, 2009, p. 47). Os tipos de gastos servem para identificar quais as prioridades no uso de recursos a partir de uma distribuição destes ao longo do tempo. Segundo Nassmacher,

“Ever since political parties began to compete for a mass electorate, they have relied on goods and services provided by both volunteers and markets. The combination has been changing with parties, countries and periods of time. Even during the 19th century, parties needed some cash to pay for certain goods. Over time such need has increased, as parties started to step up their advertising effort, to employ full-time staff, to require professional services and to order printed matter on a large scale” (Nassmacher, 2009, p. 60).

As demandas por serviços profissionais pelos partidos têm mudado ao longo do tempo e acompanham as mudanças da universalização do sufrágio e profissionalização dos partidos. Nesse expediente, conhecer com que os partidos gastam pode revelar as diferentes estratégias partidárias, tanto de coordenação eleitoral quanto organizacional.

O modelo de análise de Nassmacher é formado por duas unidades de custos, termos emprestados da contabilidade pelo autor: *campanha eleitoral e manutenção da organização*. Dentro de cada dimensão, os tipos de gastos possíveis são: *i) pessoal; ii) escritórios; iii) comunicação e iv) publicidade*. Já os locais em que podem ocorrer esses tipos de custos, são: *a) organização partidária; b) penumbra partidária; e c) o partido parlamentar*. Reproduzimos abaixo o modelo de análise de tipos de custos partidários de Nassmacher (2009), para melhor visualização:

Figura 1. Modelo de dimensões de contabilidade de custos aplicadas aos gastos partidários de Nassmacher (2009)



Fonte: Nassmacher (2009, p. 48, tradução livre).

Nassmacher está preocupado em analisar o custo da democracia, ou seja, todos os custos gerados na competição partidária, os gastos políticos. Para isso, o autor propõe um modelo analítico, o qual mobiliza todas as atividades políticas passíveis de custos. Em primeiro lugar, ele sistematiza os locais nos quais são possíveis o dispêndio, onde os custos são gerados. Para qualquer partido político isso comporta ao menos três centros. Eles são definidos como a) organização partidária (a estrutura regular do partido) b) sombra

partidária (organizações auxiliares do partido, difíceis de identificar), e c) partido parlamentar (grupos de parlamentares e locais). Os tipos de custos são a unidade que fornece qualquer serviço a seus políticos, ativistas, membros, apoiadores e eleitores ou público em geral. Eles são divididos em: a) pessoal; b) escritórios; c) comunicação e d) publicidade e são utilizados em algum daqueles três centros de custos.

O gasto com salários de funcionários em tempo integral é considerado o mais importante tipo de gasto de um aparato partidário em tempo integral. Ele se tornou proeminente a partir da profissionalização dos partidos no século XX, com a substituição de trabalho voluntário por profissional (NASSMACHER, 2009, p. 61). Dentro dessa categoria estariam, segundo Nassmacher, todos os salários a funcionários permanentes que estão na folha de pagamento do partido, como também os valores pagos em honorários de advogados, consultores políticos, contadores, pesquisadores e outros profissionais temporários. Já os gastos com escritórios dizem respeito às sedes dos partidos. O seu tamanho, pagamento de energia, água, material de escritório, papelaria, móveis, computadores, softwares e manutenção fazem parte desse tipo de custo. Já a comunicação, para Nassmacher, é aquela realizada entre o partido e os indivíduos, e a intrapartidária. Desde os meios de comunicação mais tradicionais, o face-a-face, a partir de reuniões (gastos com viagens e aluguéis de espaços, equipamentos de conferência), e de postagens, internet, impressão, telefone, celulares. Muitas vezes é difícil a demarcação com o gasto com publicidade. Este seria formado por gastos despendidos na compra de meios de comunicação que se dirigem ao público geral sem identificar o objetivo específico. Dentro disso estariam: impressão de panfletos, folhetos, jornais, produção de cartazes, livros, aluguel de *outdoors*, anúncios pagos em jornais e revistas, spots em rádio e tv, e marketing direto, como mala direta e compras de bancos de dados para uso telefônico e na internet. Outros gastos que não entram nas categorias acima, ele categoriza como “outros bens e serviços” inserindo nesse tipo os gastos com pesquisa, pagamento de dívidas, juros, taxas bancárias, e custos de captação de recursos comuns em alguns países como os USA.

A combinação desses gastos vem mudando ao longo do tempo entre os partidos. Na medida em que há maior exigência de profissionalização política, mais os partidos vêm gerando custos em *staff* remunerado, da mesma forma com os custos com publicidade. Por fim, esses tipos de gastos distintos, realizados por diferentes *centros*, podem ser realizados em duas *unidades* de custos diferentes, que podem ser: em a) campanhas eleitorais ou a b) manutenção da organização. Trata-se, portanto, de um mesmo gasto sendo observado por

três dimensões distintas. Há, por exemplo, gastos com pessoal (*tipo de custo*) para campanhas e para manutenção da organização (*unidades de custos*), realizados na organização partidária, por associações ligadas ao partido e pelos parlamentares do partido (*centros de custos*). Da mesma forma com sedes, comunicação e publicidade.

Nassmacher ainda chama a atenção para as diferenças de estratégias e funcionamento de partidos a partir do tipo de gasto entre alguns países, principalmente na díade partidos norte-americanos x europeus ocidentais:

In (continental) western Europe the term political finance is often used as a synonym for party financing, emphasising the funding of inter-election routine activities. In Europe campaigns are run predominantly by parties, in America by candidates (and their specific committees). These candidates rely heavily on paid media advertising in their effort to reach the voting public. European parties face a financial burden unknown to their American counterparts: a permanent field organisation with full-time party agents at the grassroots (on the ground). In addition, European parties have to cope with a party press, which has been increasingly unable to maintain itself sales in the newspaper market (NASSMACHER, 2009, p. 32).

As finanças políticas na América do Norte podem ser caracterizadas pelo seu foco em campanhas eleitorais, excessivos gastos com mídias pagas, enquanto os países da Europa ocidental pelo uso de recursos em organização permanente, com gastos na manutenção e rotina das organizações partidárias e suas atividades. Nassmacher identifica para as décadas de 1990 e 2000 que os partidos britânicos, Partido Trabalhista e o Conservador, mantiveram altas médias de gastos com organização partidária ao longo do tempo, o que indica continuidade organizacional. A Espanha, Itália e Alemanha também demonstraram dispender elevados valores com rotina partidária. Já nos Estados Unidos, os gastos rotineiros entre eleições são quase inexistentes e as despesas são centradas em campanhas eleitorais. No Canadá, contudo, os partidos vão aumentando seus gastos com rotina nos ciclos eleitorais, alcançando valores altos e com aumento em anos eleitorais (NASSMACHER, 2009, p. 81 e 82).

Blumenberg (2013) analisa a estrutura de gastos em nível nacional de dezenove partidos, de quatro países europeus: Alemanha, Áustria, Dinamarca e Inglaterra. A autora identifica padrões de gastos entre os partidos e ao longo do tempo. Blumenberg não tem como preocupação o custo da democracia como Nassmacher, mas sim, a mudanças dos partidos do ponto de vista organizacional. A autora leva em conta fatores como o declínio de filiação, profissionalização política e aumento da utilização dos meios de comunicação

como fatores que fazem aumentar ou diminuir diferentes tipos de gastos ao longo do tempo.

O pressuposto da autora é que para os partidos manterem seus eleitores cativos, é necessário manter o trabalho político de forma estável ao longo do tempo e maiores em anos eleitorais. Em seus achados, de fato em anos eleitorais os gastos são maiores que em anos não eleitorais. Assim como Nassmacher, a autora identifica que os partidos europeus mantêm o trabalho político também em anos não eleitorais, gastando com pessoal e manutenção dos escritórios partidários em anos eleitorais e não eleitorais, permanentemente. Aqui os gastos são divididos em quatro possíveis: pessoal, operações, trabalho político geral e eleições. A categoria de publicidade em campanha e o trabalho político são combinadas para formar a área de comunicação.

Blumenberg encontra três agrupamentos com tendências claras de estrutura de gastos. O primeiro de partidos que distribuem equilibradamente os gastos com operação, pessoal e comunicação, o segundo grupo, com altos gastos com pessoal e comunicação, e o terceiro, com excessivos gastos com comunicação. Os partidos do primeiro e segundo agrupamento têm em comum o tipo de organização, eles são predominantemente partidos com um aparato organizacional desenvolvido. Já os partidos do terceiro cluster, com altos custos de comunicação, são partidos voltados para as eleições e não para o aparato organizacional.

As categorias de operações partidárias (de rotina) e gasto com pessoal descrevem os custos da organização partidária. Os partidos dos dois primeiros clusters possuem um aparato partidário desenvolvido, e podem ser descritos, segundo a autora, de partidos voltados ao aparato organizacional. Já os partidos do terceiro agrupamento, por outro lado são tradicionalmente pouco organizados para o campo que não seja estritamente eleitoral. A estrutura de gastos parece assim ter lastro no tipo de organização partidária⁶.

A autora classifica assim os partidos entre aqueles do tipo eleições e os do tipo aparato. Os primeiros representam cerca de dois terços de seus gastos com comunicação, pertencem à família ideológica conservadora ou populista e podem ser classificados como partidos de pequeno a médio porte, pelo número de membros e eleitores. Já os partidos de

⁶ Além disso, houve um aumento dos gastos ao longo do tempo e, na década de 1990, uma mudança na estrutura de gastos e realinhamento dos partidos, com altos gastos nas áreas de pessoal e comunicação, e gastos baixos em operações, e aumento do gasto em comunicação nos partidos de esquerda. Os partidos de esquerda são atribuídos ao segundo cluster. O SPD alemão tem gastos altos nos três tipos ao longo do tempo.

aparato gastam cerca de dois terços dos gastos na organização partidária, tratam-se dos sociais-democratas, de esquerda, cristãos-democratas e verdes, de pequenos a grandes partidos. Os partidos liberais distribuem suas despesas de maneira mais uniforme entre os dois tipos de gastos que os demais partidos.

Recentemente, os cientistas políticos belgas Jef Smulders & Bart Maddens (2017) analisaram os níveis de gastos nacionais partidários de 99 partidos europeus, de nove democracias parlamentares. Esses autores agregam gastos com a rotina partidária (pessoal, habitação e administração) e campanhas eleitorais declarados pelos partidos, em nível nacional, no entanto, os autores aqui não analisam o padrão de tipos de gastos dos partidos, mas sim, seus níveis agregados.

Já em outro artigo, publicado na *International Political Science Review*, “*How and why do political parties differ in their spending patterns? An empirical analysis of expenditure on party payroll staff*” (2018), Smulders & Maddens analisam as despesas relativas a pagamento de funcionários de cinquenta e dois partidos políticos, de sete países europeus ocidentais, declarados nas prestações de contas anuais oficiais dessas organizações. A média de gastos desses países foi de 26,3% com esse tipo de gasto e os achados convergem com os de Nassmacher (2009), entre 20 a 50% da despesa anual total dos partidos. Embora tenha ocorrido uma profissionalização partidária na segunda metade do século XX, o aumento dos gastos com pessoal parece ter estabilizado nos últimos quinze anos. Quanto a diferença entre partidos, os mais antigos e de esquerda que operam em um sistema com poucos partidos, tendem a ter altos níveis de gastos com pessoal. Por outro lado, legendas mais jovens e de direita, em um sistema de maior fragmentação, gastam menos com pessoal. Os partidos poderiam ser divididos, seguindo a classificação de Manuela Blumenberg (2013; 2015) como partidos *apparatus-oriented* e os *election-oriented*, onde:

[...] the first category mainly spends money on the development and maintenance of the party organisation, including staff, the second type is characterised by high expenditure levels on communication and marketing. (SMULDERS & MADDENS, 2018, p. 12).

Os partidos orientados para o aparato (máquina partidária), devem possuir maior força organizacional e centralização na sede nacional para manter a coesão dos candidatos, uma vez que o incentivo para que fique na organização é alto. As estratégias aqui são de longo prazo, preocupadas com a sobrevivência organizacional do partido. Já os partidos

orientados para as eleições tendem a aplicar uma estratégia de curto prazo, visando um sucesso eleitoral imediato (BLUMENBERG, 2015; SMULDERS & MADDENS, 2018).

Na literatura brasileira, os gastos partidários não costumam ser explorados, exceto pela distribuição dos recursos públicos entre os estados (BOTASSIO, 2017; SCHAEFER, 2018). Ademais, as análises existentes criam tipologias de gastos eleitorais realizados predominantemente por *candidatos*. Nesse sentido, Speck & Mancuso (2017) analisam gastos eleitorais de candidatos para cargos majoritários e proporcionais, e criam uma tipologia de despesas com três categorias, os gastos *organizacionais*, *tradicionais* e *modernos*. O primeiro refere-se à manutenção de infraestrutura, aluguel e manutenção de comitê; o segundo, materiais para abordagem corpo-a-corpo, locação de carros, impressão de materiais, mobilização de rua, comícios; e o terceiro, gastos destinados a exploração da imagem do candidato em mídia paga e serviços. Os autores se fundamentam no pressuposto que as campanhas eleitorais têm sofrido transformações, e inicialmente elas contavam com voluntários, na fase tradicional, com uma estratégia porta-a-porta e comícios de rua, para uma fase moderna de profissionalização, com assessoria especializada e uso de comunicação de massa, e, mais recentemente, caminhou para uma fase pós-moderna, com uma estratégia focada em canais de comunicação interativos e uso de redes de apoio.

Fisch (2018) analisa a alocação de recursos de campanha para deputado federal e como elas evoluíram de 2002 a 2014 no país, por região e partidos diferenciando os tipos de gastos. O autor parte da tipologia elaborada por Heiler et al. (2016) dividida em cinco blocos: *i) comunicação e publicidade; ii) infraestrutura; iii) gastos com pessoal; iv) doações a outros candidatos e partidos; v) outros gastos não especificados*. e a resume em cinco categorias: *operações, publicidade, pessoal, doações e outros*, e identifica o aumento global das despesas ao longo do tempo, e especialmente com publicidade e pagamento de pessoal, diferente de Smulders & Maddens (2018) para o caso dos partidos europeus.

E, mais recentemente, o Centro de Política e Economia do Setor Público da Fundação Getúlio Vargas (Cepesp/FGV, 2019) publicou uma análise dos custos da campanha eleitoral no Brasil, de 2002 a 2018, de deputados federais, em que diferencia por tipos os gastos eleitorais, entre gastos operacionais, de publicidade, pessoal, doações e outros, semelhante ao de Fisch (2018). O estudo identifica o crescimento de gasto com publicidade e pessoal, e diminuição, de 2014 a 2018 das despesas com publicidade e operações.

Partimos do suposto que a análise de despesas dos partidos pode colaborar, como Blumenberg (2013) e Smulders & Maddens (2018) sugerem, com a análise de tipos de partidários e sua dinâmica organizacional. Os partidos têm sido classificados a partir de sua ideologia, estrutura organizacional e receitas, mas também propomos que é possível diferenciá-los a partir de padrões de gastos.

3. Tipologia de gastos partidários

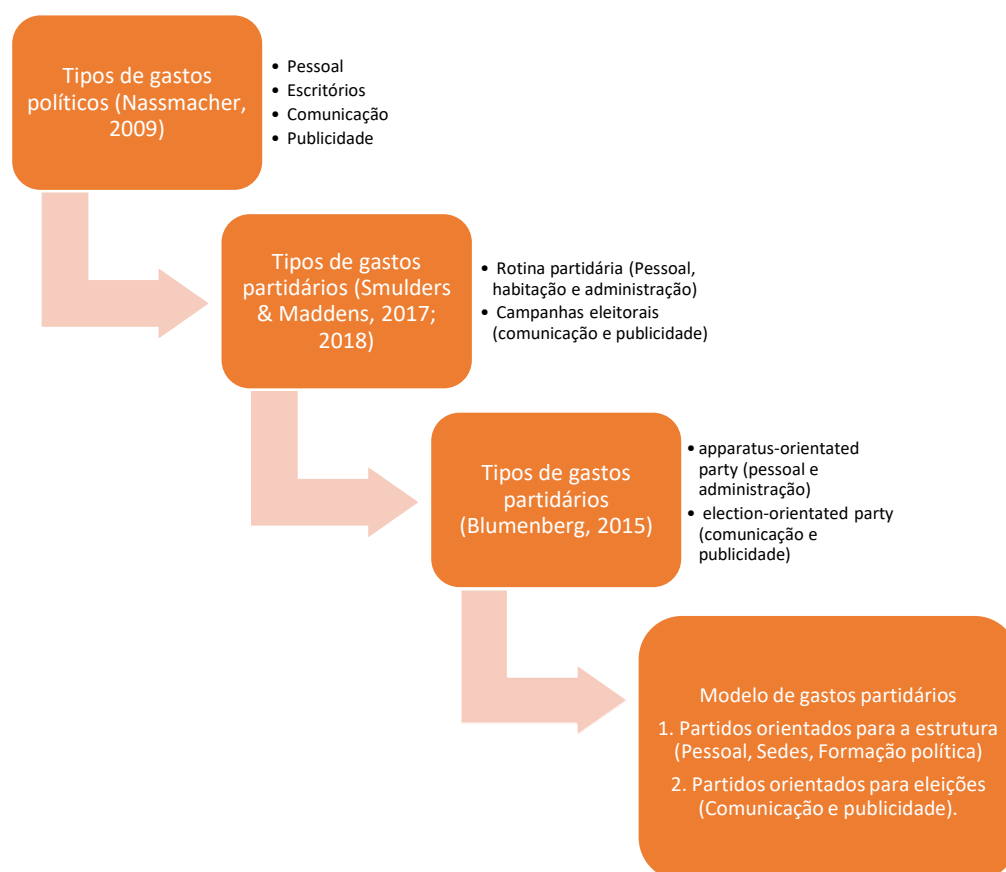
Nessa última seção propomos um modelo de análise dos gastos partidários composto por duas variáveis: as estratégias de manutenção da organização partidária e em eleições. As despesas políticas, como expusemos na revisão da literatura, podem ser analisadas sob diferentes aspectos, a depender do que se pretende explicar. Como o nosso objetivo é analisar o padrão de comportamento da organização partidária a partir de seus gastos, para verificar suas diferentes estratégias, focadas predominantemente em manutenção da estrutura ou eleições, faremos uso do que o Plano de Contas do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) fornece aos partidos e o que a literatura tratada na segunda seção diz sobre os diferentes tipos de gastos.

Sem recursos humanos e financeiros, o partido seria *‘an empty shell, a hollow device lacking the means of political action’* como colocam Webb & Keith (2017, p. 32). Não há democracia sem organização, já diria Michels (2001, p. 53). E essas organizações precisam de recursos financeiros e humanos para funcionar e atuar, tais como dinheiro, funcionários e membros, alguma estrutura para atingir seus objetivos políticos e eleitorais (SMULDERS & MADDENS, 2018). À medida em que os partidos se transformaram ao longo do tempo, com o declínio da adesão ao longo do século XX na Europa, a progressiva profissionalização e aumento da competição partidária, diminuíram também os recursos humanos voluntários e aumentaram a demanda por mais técnicas de campanha e marketing, e, com isso, mais gastos nesses dois âmbitos. A partir desse momento, os partidos se tornaram altamente profissionalizados, com altos recursos, geralmente pagos pelo Estado (KROUWEL, 1990; SMULDERS & MADDENS, 2018).

O modelo de análise de tipos de gastos que propomos se fundamenta na literatura que mobilizamos na seção anterior. Nosso interesse é identificar se há um padrão de comportamento dos partidos ao longo do tempo, tal como Blumenberg (2013) identifica para partidos europeus.

Abaixo expomos como gastos partidários são tratados a partir das nossas principais referências que tratam sobre o tema.

Figura 2. Proposta de modelo de análise de tipos de gastos partidários



Fonte: Elaboração própria.

Pretendemos classifica-los a partir de sua concentração em tipos de gastos específicos. O primeiro é formado por gastos com 1) Comunicação e 2) Publicidade. E o segundo, por: 1) Pessoal; 2) Sedes e 3) Política. Pretendemos analisar de forma agregada e também os indicadores separadamente, buscando identificar se há aumento de gasto com pessoal e publicidade ao longo do tempo.

A prestação de contas anual dos partidos no Brasil é atribuída pela Lei 9.906/1995 e por resoluções do TSE. Os partidos devem declarar os gastos anualmente realizados pela sede nacional do partido com a fonte do Fundo Partidário e Recursos Próprios. A partir do Fundo Partidário, os partidos podem gastar, segundo o Art. 44 daquela lei, na i) na

manutenção das sedes e serviços do partido, permitido o pagamento de pessoal, a qualquer título, com o limite atual de 50% para o órgão nacional; ii) na propaganda doutrinária e política; iii) no alistamento e campanhas eleitorais; iv) na criação e manutenção de instituto ou fundação de pesquisa e de doutrinação política, no mínimo 25% do total recebido; v) manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres, no mínimo 5%; vi) pagamento de mensalidades e anuidades de organismos internacionais ligados a doutrina política, pesquisa e estudos; vii) pagamento de despesas com alimentação.

Embora os partidos sejam obrigados a declarar a movimentação realizada também dos recursos próprios, obtidos através de doações de pessoa física, jurídica (até 2015), de parlamentares e filiados, não há limitação de gastos com esses recursos. Os partidos devem comprovar o gasto para as mesmas rubricas que as despesas com o Fundo, já essas, possuem limite de gastos com pessoal e exigência mínima com fundações e participação de mulheres. Como nosso interesse não é comparar as distintas receitas e sim identificar o perfil de gastos dos partidos, analisaremos ambos os gastos – do Fundo Partidário e de outros recursos – agregados.

As prestações de contas partidárias são padronizadas pelo TSE, que concede o Plano de contas às agremiações desde 1996. Categorizamos as rubricas do Plano de contas em cinco indicadores que formarão o nosso modelo: Pessoal, Sedes, Política, Publicidade e Comunicação. Abaixo, expomos a categoria de gastos dispostas no Plano de Contas do TSE, os tipos de despesas cobertas pela categoria e a nossa proposta de classificação, nas tabelas 1 e 2 abaixo.

Tabela 1 – Categorização das *Despesas Administrativas* do Plano de Contas dos partidos políticos

Categoria de gasto TSE	Descrição do tipo de despesa	Indicador
Despesas com Pessoal	Salários, férias, 13º salários, previdência social, FGTS, Auxílio alimentação, Auxílio-transporte, Assistência médica, Treinamentos, cursos, refeições	Pessoal

Aluguéis e Condomínios	Locação de bens móveis e imóveis, taxas de condomínios	Sedes
Despesas com Transportes e Viagens	Passagens e conduções, diárias, fretes	Política
Serviços Técnicos Profissionais	Serviços contábeis, de processamento de dados, consultoria jurídica, segurança e vigilância, encargos sociais, outros	Sedes
Material de Consumo	Material de expediente, materiais impressos, de processamento de dados, copa e cozinha, limpeza e produtos de higiene, outros	Sedes
Serviços e Utilidades	Energia elétrica, água e esgoto, telecomunicações, despesas postais, limpeza, outros	Sedes
Impostos e Taxas	IPTU, IPVA, taxas municipais, outros	Sedes
Despesas Gerais	Fotocópias, assinaturas de revistas, seguros, manutenção, conservação e reparo de bens, despesas judiciais, combustíveis, óleos e lubrificantes, medicamentos	Sedes
Transferências	À direção estadual, municipal, candidatos e comitês financeiros	Transferências

Fonte: a autora a partir do Plano de Contas – Instrução Normativa TSE 04 de julho de 1997 e Resolução-TSE nº 21.841/2004.

O plano de contas do TSE é dividido entre os gastos administrativos, exposto acima, e as despesas com fins eleitorais, organizado na tabela abaixo. As agremiações prestam contas de suas despesas nesses dois campos para os recursos de todas as origens, sendo separada a prestação com o recurso do fundo partidário.

Tabela 2 – Categorização das *Despesas com Fins Eleitorais* do Plano de Contas dos partidos políticos

Categoria de gasto TSE	Descrição do tipo de despesa	
Propaganda Doutrinária e Política		Política
Despesas com manutenção ou criação de Instituto/Fund. Pesquisa		Política
Despesas com Alistamento		Política
Despesas com Seminários e Convenções		Comunicação
Despesas com Campanhas Eleitorais	Rádio e televisão, comitês financeiros, comícios, eventos promocionais, testes pré-eleitorais, propaganda e publicidade, exposições, convenções, congressos, produção audiovisual	Publicidade
Despesas com Pessoal	Salários, férias, 13º salários, previdência social, FGTS, Auxílio alimentação, Auxílio-transporte, Assistência médica, Treinamentos, cursos, refeições	Comunicação
Aluguéis e Condomínios	Locação de bens móveis e imóveis, taxas de condomínios	Comunicação
Despesas com Transportes e Viagens	Passagens e conduções, diárias, fretes	Comunicação
Serviços Técnicos Profissionais	Serviços contábeis, de processamento de dados, consultoria jurídica, segurança e vigilância, encargos sociais, outros	Comunicação
Material de Consumo	Material de expediente, materiais impressos, de processamento de dados, copa e cozinha, limpeza e produtos de higiene, outros	Comunicação
Serviços e Utilidades	Energia elétrica, água e esgoto, telecomunicações, despesas postais, limpeza, outros	Comunicação

Impostos e Taxas	IPTU, IPVA, taxas municipais, outros	Comunicação
Despesas Gerais	Fotocópias, assinaturas de revistas, seguros, manutenção, conservação e reparo de bens, despesas judiciais, combustíveis, óleos e lubrificantes, medicamentos	Comunicação
Transferências Efetuadas	À direção estadual, municipal, candidatos e comitês financeiros	Transferências

Fonte: a autora a partir do Plano de Contas – Instrução Normativa TSE 04 de julho de 1997 e Resolução-TSE nº 21.841/2004.

No próximo passo da pesquisa, em futuro paper, analisaremos os diferentes tipos de gastos, verificando a existência ou não de dois tipos de partidos, aqueles que despendem seus recursos com foco em eleições e os que concentram no aparato partidário, na manutenção da organização, na estrutura organizacional. A primeira variável será formada pelos indicadores: gastos com publicidade e comunicação. E a segunda: gasto com pessoal, sedes, e política, conforme a Tabela 3 abaixo.

Tabela 3. Modelo de tipos de partidos por gastos

Tipos de partidos	Tipos de gastos	Descrição
Orientados para o aparato partidário	Pessoal	Quanto mais recursos despendidos em gasto com pessoal permanente, aluguel de sedes, manutenção e gasto com o desenvolvimento político e doutrina, mais voltada ao partido a organização está.
	Sedes	
	Política	
Orientados para eleições	Comunicação	Quanto maior a concentração de gastos com eleições e publicidade, mais

	Publicidade	próximos de um perfil eleitoral está a organização partidária.
--	-------------	--

Fonte: Elaboração própria a partir de Blumenberg (2013, 2015), Nassmacher (2009) e Smulders & Maddens (2018).

Consideramos gastos com eleições aqueles realizados com comunicação e publicidade. As mudanças nas rotinas de campanha mudaram ao longo do tempo, explorando ainda mais a publicidade em detrimento de uma comunicação corpo-a-corpo, com o avanço da tecnologia e importância do uso da imagem nas campanhas eleitorais. Nesse sentido, publicidade é caracterizada aqui como atividades para influenciar o resultado eleitoral, fazer uso de meios de comunicação, para o partido se dirigir ao público alvo. Aqui entram gastos com rádiofusão, marketing, publicidade e propaganda e impressões.

Já com o aparato, consideramos o que a agremiação gasta com a rotina de sua organização, como gasto com operações rotineiras com a estrutura intrapartidária, desenvolvimento de uma política do partido e doutrina. Diz respeito ao gasto que mantém uma organização minimamente viável eleitoralmente ao longo do tempo, também em períodos intra-eleições, que seja capaz de fornecer serviços para a liderança do partido, como pesquisas de opinião, treinamento e recrutamento de membros, treinar ativistas para que executem de forma eficiente os projetos e atividades da agremiação (NASSMACHER, 2009, p. 74).

Nesse sentido, talvez o gasto mais importante do aparato partidário em tempo integral são os salários e benefícios pagos às pessoas que trabalham para o partido. Esse tipo de gasto surge a partir da criação de uma organização permanente pelos partidos de massas e é copiado, na Europa ocidental, por outros partidos (Duverger, 1970), se tornando então um padrão de organização. Houve, durante o século XX na Europa a substituição do trabalho voluntário, após o estabelecimento de partidos modernos, para uma especialização e profissionalização do trabalho nos partidos. Na medida em que há desenvolvimento partidário e maior competição política, há a necessidade de contratar pessoas com diversas habilidades que atendam as demandas dos partidos.

Outra variável que utilizaremos como indicador de aparato e manutenção da organização é o gasto com sedes do partido. Partidos que se propõem a uma organização permanente, devem manter a presença de escritórios fixos ao longo do tempo. Nesse tipo

de gasto entram o pagamento de aluguel, água, luz, energia, material de escritório, papelaria, móveis, equipamentos, máquinas, computadores, softwares e manutenção de computadores. Ao aplicarmos ao período de 1997 a 2014, esperamos identificar um padrão de gastos partidários por tipo, como já foi identificado para os demais países.

Considerações finais

Para a definição das categorias recorreremos à literatura exposta na seção dois sobre gastos partidários (BLUMENBERG, 2013; NASSMACHER, 2009; SMULDERS & MADDENS, 2018). Consideramos gastos com *eleições* aqueles realizados com comunicação e publicidade pelo partido, estratégias de curto e médio prazo. Já como o *estrutura*, consideramos o que a agremiação gasta com a rotina de sua organização, como gasto com pessoal permanente, sedes, manutenção da vida intrapartidária e propagação da política do partido. Refere-se ao gasto que mantém uma organização minimamente viável eleitoralmente ao longo do tempo e também entre eleições, que seja capaz de fornecer serviços para a liderança do partido, como pesquisas de opinião, treinamento e recrutamento de membros, de ativistas para que executem de forma eficiente os projetos e atividades da agremiação.

A proposta apresentada será aplicada à análise dos gastos de dez partidos políticos, de 1997 a 2014, para então comparação entre partidos, análise do volume de despesas e verificação dos fatores que impactam nos níveis de gastos.

Referências

- BLUMENBERG, M. S. (2013). *Ausgabenstrukturen Demokratischer Parteien im Internationalen Vergleich*. Verlag Dr. Kovač.
- BLUMENBERG, M. S. (2015). A comparative analysis of the spending structure of political parties. In *A comparative analysis of the spending structure of political parties*. Provence: RC 20 PSA Meeting.
- BOTASSIO, B. (2017). Partidos Brasileiros na alocação interna de recursos do fundo partidário. In *9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política*.
- CAMPOS, M. M. (2009). *DEMOCRACIA, PARTIDOS E ELEIÇÕES: OS CUSTOS DO SISTEMA PARTIDÁRIO-ELEITORAL NO BRASIL*. Universidade Federal de Minas Gerais.
- CEPESP/FGV. (2019). Os Custos da Campanha Eleitoral no Brasil : Uma análise baseada

em evidência.

- DUVERGER, M. (1970). Os Partidos Políticos (6a ed., p. 465). Rio de Janeiro, RJ: Zahar.
- FISCH, A. T. V. (2018). Como os candidatos gastam? Uma análise dos gastos de campanha para deputado federal de 2002 a 2014. In *42º Encontro Anual da ANPOCS*. Retrieved from <http://e-journal.uajy.ac.id/14649/1/JURNAL.pdf>
- HEIDENHEIMER, A. J. (1963). Comparative Party Finance: Notes on Practices and Toward a Theory. *The Journal of Politics*, 25(04), 790. <https://doi.org/10.2307/2127432>
- HEILER, J. G., VIANA, J. P. S. L., & SANTOS, R. D. dos. (2016). O custo da política subnacional: a forma como o dinheiro é gasto importa? Relação entre receita, despesas e sucesso eleitoral. *Opinião Pública*, 22(1), 56–92. <https://doi.org/10.1590/1807-0191201622156>
- KATZ, R. S., & MAIR, P. (1995). Changing Models of Party Organization and Party Democracy: The Emergence of the Cartel Party. *Party Politics*, 1(1), 5–28. <https://doi.org/10.1177/1354068895001001001>
- KIRCHHEIMER, O. (1966). *The Transformation of the Western European Party Systems In: political Parties and Political Development*. (M. (eds. . LAPALOMBARA, J.; WEINER, Ed.). Princeton, NJ: Princeton University Press.
- KRAUSE, S., REBELLO, M. M., & SILVA, J. G. da. (2015). O perfil do financiamento dos partidos brasileiros (2006-2012): autores, objetivos, êxito e fracasso (1988-2010). *Revista Brasileira de Ciência Política*, (16), 247–272. <https://doi.org/10.1590/0103-335220151610>
- LEMOS, L. B., MARCELINO, D., & PEDERIVA, J. H. (2010). Porque dinheiro importa: a dinâmica das contribuições eleitorais para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. *Opinião Pública*, 16, 366–393. <https://doi.org/10.1590/S0104-62762010000200004>
- MANCUSO, W P, & SPECK, B. W. (2015). Financiamento de campanhas e prestação de contas, (March 2014), 135–150.
- MANCUSO, WAGNER P. (2011). Investimento eleitoral no Brasil: balanço da literatura e agenda de pesquisa.
- MARCELINO, D. (2010). Sobre dinheiro e eleições: um estudo dos gastos de campanha para o Congresso Nacional em 2002 e 2006. *Ceppac, Mestrado*, 123.
- MICHELS, R. (2001). *Para uma sociologia dos partidos políticos na democracia moderna*. Lisboa: Antígona.

- NASSMACHER, K.-H. (2009). *The Funding of Party Competition: Political Finance in 25 Democracies*. Baden-Baden: Nomos.
- PANEBIANCO, A. (2005). *Modelos de Partido* (1a ed.). São Paulo, SP: Martins Fontes.
- PANEBIANCO, ANGELO. (2005). *Modelos de Partido. Organização e poder nos partidos políticos*. São Paulo, SP: Martins Fontes.
- PINTO-DUSCHINSKY, M. (1986). Trends in british political funding 1979-1983, *1918*, 328–347.
- ROSE, R., & MACKIE, T. (1988). Do parties persist or fail? The big trade-off facing organizations. In P. Lawson, K. & Merkl (Ed.), *When Parties Fail*. Princeton: Princeton University Press.
- SCHAEFER, B. M. (2018). *As lógicas de distribuição do fundo partidário: centralização e nacionalização dos partidos brasileiros (2011-2015)*. Universidade Federal do Rio Grande do Sul.
- SMULDERS, J., & MADDENS, B. (2017). Spending Levels of Political Parties: An Explanation Based on a Multilevel Analysis. *Government and Opposition*, 1–26. <https://doi.org/10.1017/gov.2017.19>
- SMULDERS, J., & MADDENS, B. (2018). How and why do political parties differ in their spending patterns? An empirical analysis of expenditure on party payroll staff. *International Political Science Review*. <https://doi.org/10.1177/0192512117744677>
- SPECK, B., & MANCUSO, W. (2017). “Street fighters” e “media stars”: estratégias de campanha e sua eficácia nas eleições brasileiras de 2014. *Cadernos Adenauer*, *XVIII*(4), 121–138.
- WEBB, P. D., & KEITH, D. (2017). Assessing the Strength of Party Organizational Resources: A Survey of the Evidence from the Political Party Database. In S. E. Scarrow, P. D. Webb, & T. Poguntke (Eds.), *Organizing Political Parties Representation, Participation, and Power*. Oxford: Oxford University Press.
- WEBER, M. (2000). *Economia e Sociedade. Fundamentos da sociologia compreensiva*. Brasília: Editora Universidade de Brasília.
- ZOVATTO, D. (2005). Financiamento dos partidos e campanhas eleitorais na América Latina: uma análise comparada. *Opinião Pública*, *XI*, 287–336.